

# O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES SOBRE O TERMO QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO? – UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA (2013-2023)

WHAT DO PUBLICATIONS SAY ABOUT THE TERM QUALITY OF PUBLIC  
SPENDING? – A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW (2013-2023)

JEAN ROBERT SOARES

jota.soares@hotmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

<https://orcid.org/0000-0002-7430-6518>

FABIANO MAURY RAUPP

fabianoraupp@hotmail.com

Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

<https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>

ANA RITA SILVA SACRAMENTO

anasacramento@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

<http://orcid.org/0000-0001-6739-5711>

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA

deniserib@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

<https://orcid.org/0000-0002-2813-1411>

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES

eoliveira.menezes@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

<https://orcid.org/0000-0002-1427-0744>

## RESUMO

**Objetivo:** Apresentar uma Revisão Sistemática da Literatura sobre o termo qualidade do gasto público (2013-2023).

**Proposta:** Busca-se, por meio de um mapeamento da literatura, identificar os principais enfoques teórico-empíricos e elementos utilizados pelos autores da área.

**Provocação:** Propõe um mapeamento da literatura, por meio do qual identificou-se os principais enfoques teórico-empíricos e elementos utilizados pelos autores da área sobre o termo qualidade do gasto público.

**Método:** Revisão Sistemática da Literatura por meio dos modelos Okoli (2019) e PRISMA (Moher *et al.*, 2019), sendo analisados 39 artigos da temática.

**Resultados:** Os contextos utilizados são sempre de governos centrais ou nacionais. Pouca atenção é dispensada aos governos subnacionais ou locais. Foram identificados 10 enfoques como principais. O aumento constante de gastos, sem uma contrapartida adequada no aumento das receitas, ou na análise da qualidade do gasto e da entrega de serviços públicos, tanto no curto, quanto médio e longo prazos é ponto comum nos estudos, uma vez que essa situação tende a comprometer a sustentabilidade fiscal dos governos.

**Conclusões:** Em arranjos administrativos descentralizados, faz sentido esperar que o objeto de estudo do presente artigo, possa, de alguma maneira, auxiliar na discussão de uma perspectiva mais focada e próxima da realidade perceptível do cidadão, sem desconsiderar seu potencial contribuição nos aspectos gerenciais de resolução e adequação das soluções para os problemas da administração pública, nem sua contribuição teórica e inédita, de uma RSL sobre o termo qualidade do gasto público.

**Palavras-chave:** Revisão Sistemática da Literatura; Qualidade do gasto público; Enfoques teórico-empíricos; Elementos.

## ABSTRACT

---

**Objective:** *Present a Systematic Literature Review on the term quality of public spending (2013-2023).*

**Proposal:** *The aim is to, through literature mapping, identify the main theoretical-empirical approaches and elements used by authors in the area.*

**Provocation:** *Proposes a mapping of literature, through which the main theoretical-empirical approaches and elements used by authors in the area on the term quality of public spending were identified.*

**Method:** *Systematic Literature Review using the Okoli (2019) and PRISMA (Moher et al., 2019) models, analyzing 39 articles on the topic.*

**Results:** *The contexts used are always those of central or national governments. Little attention is paid to subnational or local governments. 10 main approaches were identified. The constant increase in spending, without an adequate counterpart in the increase in revenue, or in the analysis of the quality of spending and the delivery of public services, both in the short, medium and long terms is a common point in studies, since this situation tends to compromising the fiscal sustainability of governments.*

**Conclusions:** *In decentralized administrative arrangements, it makes sense to hope that the object of study of this article can, in some way, help in the discussion of a more focused perspective and closer to the citizen's perceived reality, without disregarding its potential contribution to the managerial aspects of resolution and adequacy of solutions to public administration problems, nor its theoretical and unprecedented contribution, of an RSL on the term quality of public spending.*

**Keywords:** *Systematic Literature Review; Quality of public spending; Theoretical-empirical approaches; Elements.*

## 1 INTRODUÇÃO

A qualidade do gasto público é um conceito polissêmico, sem definição consensual entre os pesquisadores da área, pois envolve diversos fatores difíceis de serem mensurados. Soma-se a tal problemática a falta de instrumentos de mensuração próprios, o que torna inapropriada a utilização daqueles construídos para outros fins (Sanger, 2008), tornando-se uma incompletude metodológica (Schuknecht, Tanzi & Afonso, 2006; Busatto e Brunori, 2011).

Os impactos dos gastos públicos podem ser analisados por muitas perspectivas concorrentes e correlacionadas, pois são gastos que assumem montantes significativos de recursos financeiros e são realizados pelos governos em distintas áreas e formas. Portanto, impactam de maneira direta e indireta toda uma região, podendo promover externalidades negativas (Aschauer, 1989; Barro, 1990; Cândido Junior, 2001).

As consequências da adoção de medidas de *performance* no setor público são altamente variáveis e incidem sobre quais fatores são adotados, a depender da perspectiva de investigação escolhida e do impacto nos resultados da gestão pública, o que acaba por promover mensurações incorretas (Ingraham, Joyce & Donahue, 2003). Esse fato gera mal-estar ou desconhecimento de métodos/instrumentos confiáveis. Além deste problema há inacessibilidade de informações práticas, o que acaba gerando estratégias de mensuração fracas (DeVellis, 2016, p.20).

É um contexto que suscita investigações sobre o uso do termo qualidade do gasto público, doravante QGP, no meio acadêmico. Inscursões exploratórias realizadas no Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) não retornaram estudos acerca de Revisões Sistemáticas de Literatura (RSL) a respeito do tema. Nesta incursão, o estudo identificado e que mais se aproxima da temática, de Soares e Raupp (2019), desenvolveu uma revisão sistemática sobre gastos públicos municipais brasileiros, sem direcionamento ao termo qualidade. Outra incursão, desta feita no Google Acadêmico, retornou apenas uma RSL, na forma de Dissertação de Mestrado, na qual Alves (2023) apresentou a revisão do termo, mas com foco específico nas áreas da saúde e educação, e na base de dados *Scopus*, exclusivamente. Constatou-se que Alves (2023) também fez referência ao trabalho de Soares e Raupp (2019), indicando ter superado, na RSL que produziu, a limitação de aqueles autores terem “deixado de fora termos associados que poderiam retornar a estudos relevantes” (Alves, 2023, p. 26). Em face do exposto, o problema que norteou a presente RSL, que pretendeu mais ampla do que as duas anteriormente localizadas, foi formulado da seguinte forma: Como pesquisadores utilizaram o termo qualidade do gasto público na produção acadêmica (2013-2023)?

O objetivo do presente artigo consiste em apresentar uma Revisão Sistemática da Literatura sobre o termo qualidade do gasto público (2013-2023). Em termos específicos, buscou-se: a) mapear a literatura relativa ao termo qualidade do gasto público no período 2013-2023; b) identificar enfoques teórico-empíricos e metodológicos que deram suporte aos estudos selecionados; e c) sintetizar o conteúdo encontrado de modo a destacar os principais elementos em cada um dos enfoques.

A pesquisa justifica-se em função do modesto desenvolvimento de RSL sobre o termo QGP. Busca-se, por meio de um mapeamento da literatura, identificar os principais enfoques teórico-empíricos e elementos utilizados pelos autores da área. Para Hair *et al.* (2005) e DeVellis (2016), é crucial considerar que a teoria desempenha um papel chave na maneira como a conceitualização das medidas e o conjunto de itens é feita, tendo em vista que um dos problemas é a assimetria teórica das referências utilizadas na elaboração dos indicadores correlacionados aos construtos em questão (Lord & Novick, 2008).

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma RSL de referências sobre o termo QGP, considerando atributos importantes como cobertura, qualidade e relevância de tais referências (Soares, Picolli & Casagrande, 2018). Optou-se por valer-se complementarmente de dois métodos, Okoli (2019) e PRISMA (Moher *et al.*, 2019), o primeiro como direcionador das etapas da RSL, conforme guia apresentado na Tabela 1, e o segundo como método para o relato da RSL. A RSL foi desenvolvida no período de julho de 2023 a janeiro de 2024.

**Tabela 1** - Guia de oito passos para a realização de uma RSL

<b>Passo</b>	<b>Descrição</b>
1. Identifique o objetivo	O primeiro passo em qualquer revisão exige que os revisores identifiquem claramente o propósito da revisão e os objetivos pretendidos, o que é necessário para que a revisão seja explícita para seus leitores.
2. Planeje o protocolo e treine a equipe	Para qualquer revisão que envolva mais de um revisor, é crucial que os revisores estejam completamente esclarecidos e de acordo sobre o procedimento a ser seguido. Isso requer tanto um protocolo detalhado por escrito quanto treinamento para todos os revisores, a fim de garantir consistência na execução da revisão.
3. Aplique uma seleção prática	Também conhecida como seleção para inclusão, esta etapa exige que os revisores sejam explícitos sobre quais estudos consideraram para a revisão e quais foram eliminados sem maior exame. Os revisores devem indicar as razões práticas para a exclusão dos estudos e justificar como o resultado da revisão ainda pode ser abrangente, considerando os critérios de exclusão.
4. Busque a bibliografia	Os revisores precisam ser explícitos ao descrever os detalhes da pesquisa bibliográfica e explicar como garantiram a abrangência da pesquisa, justificando suas escolhas.
5. Extraia os dados	Após identificar todos os estudos a serem incluídos, os revisores devem extrair sistematicamente as informações relevantes de cada estudo.
6. Avalie a qualidade	Também conhecido como seleção para exclusão, este passo envolve declarar explicitamente os critérios utilizados para julgar a qualidade dos estudos. Os revisores precisam classificar a qualidade de todos os artigos incluídos, dependendo das metodologias de pesquisa que empregam.
7. Sintetize os estudos	Este passo envolve combinar os dados extraídos dos estudos, utilizando técnicas apropriadas, quantitativas ou qualitativas, ou ambas.
8. Escreva a revisão	Além dos princípios e padrões para a redação de artigos científicos, o processo de uma revisão sistemática de literatura deve ser descrito com detalhes suficientes para que outros pesquisadores possam reproduzir independentemente os resultados.

Fonte: Reinecke (2021) elaborado a partir de Okoli (2019, p. 8-9).

## 2.1 Identificação do objetivo e protocolo de pesquisa

Os dois primeiros passos de uma RSL são a identificação do objetivo da pesquisa e a definição do protocolo de pesquisa. Para compreender a literatura nacional e internacional sobre a temática foram utilizadas as bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scopus*, *SPELL*, *Web of Science*, EBSCO, e Scielo por considerar que são algumas das principais nas áreas de administração, administração pública e a respeito da subárea de finanças públicas. A pesquisa no diretório da CAPES foi utilizada por englobar diversos periódicos acadêmicos nacionais e internacionais nos quais os pesquisadores nacionais possuem acesso. Wang e Waltman (2016) indicam o uso da *Web of Science* como uma das principais bases de pesquisa internacionais. As bases Scopus e EBSCO são notoriamente conhecidas como bases relevantes nas áreas de administração. As bases Scielo e SPELL tem uma abrangência de periódicos latino-americanos significativa, a qual foi considerada conveniente e relevante tendo em vista os objetivos da RSL.

## 2.2 Aplicação da seleção e critérios de elegibilidade

Para Okoli (2019) a seleção diz respeito a decidir quais estudos devem ser considerados na revisão, o que Moher *et al.* (2019) trata como critérios de elegibilidade. Foram considerados os seguintes critérios de elegibilidade do modelo PRISMA (Moher *et al.*, 2019) dentro das próprias bases de dados que, na prática, funcionam como filtros de seleção: 1. *Descritores base* – (“qualidade do gasto público”), (“framework”), (“municípios OU governos locais”), nas bases em português, e; (“quality of public” AND “spending OR expenditure”), (“framework”), (“local government”), em inglês; 2. *Tipos de documento* – artigos de revistas acadêmicas revisadas por pares; relatórios de órgãos governamentais, dissertações e teses; 3. *Data da publicação* – últimos dez anos, entre 2013 e 2023; 4. *Tipo de texto ou acesso*: texto completo disponível ou acesso livre.

Cabe ressaltar que cada base de dados possui um procedimento específico de inserção dos descritores que resulta em publicações diferentes, conforme a escolha, como, por exemplo, inserção de novas linhas de pesquisa com os termos separadamente ou em inclusão de termos em conjunto numa mesma linha. Considerando a coerência de uma RSL para o estudo desenvolvido, testou-se de forma exploratória cada uma das bases de dados, sendo o protocolo final utilizado aquele que retornou o mais amplo número de resultados, mesmo que fossem filtrados posteriormente com os critérios de elegibilidade. Dessa forma seguiu-se essa mesma noção na escolha dos termos de busca, optando-se por aqueles que obtiveram maior número de resultados para posterior filtragem.

## 2.3 Busca nas bases de dados

A pesquisa na base Web of Science foi realizada utilizando todas as coleções disponíveis na época da busca pelas publicações: *Web of Science Core Collection*, *Derwent Innovations Index*, *KCI-Korean Journal Database*, *Preprint Citation Index*, *SciELO Citation Index*, *ProQuest™ Dissertations & Theses Citation Index*, *Grants Index*, sendo os dois últimos adicionados somente nas últimas rodadas de busca na plataforma. Utilizou-se a opção de todas as edições disponíveis. Dentre as diversas tentativas de opções e inserção de *query* de busca, a que obteve maior

número de resultados foi < (*quality of public*) AND *spending OR expenditure* (*All Fields*) and *local government* (*all Fields*) and *framework* (*all fields*) > totalizando 286 publicações iniciais, sem nenhum tipo de filtragem ou critério de elegibilidade aplicados.

Cabe ressaltar que em outras tentativas de *query* de pesquisa, utilizando os mesmos termos, mas com conectores alternados ou adicionando outras linhas para separar os termos, os resultados obtidos variaram significativamente, chegando a 12 publicações para mais ou para menos. Optou-se por utilizar a busca com maior número de publicações com o objetivo de alcançar a maior abrangência possível, para que depois fossem realizadas as filtrações de acordo com os critérios de elegibilidade já explicitados. Tal escolha também foi mantida nas demais bases de dados pesquisadas.

Na plataforma *Scopus* a *query* de pesquisa final foi: (*TITLE-ABS-KEY* ( (*quality AND of AND public* ) ) AND *TITLE-ABS-KEY* ( *spending OR expenditure* ) AND *TITLE-ABS-KEY* ( *framework* ) AND *TITLE-ABS-KEY* ( *local AND government* ) ), resultando em 41 publicações antes das filtrações. Sem a utilização dos termos "*local government*" e "*framework*", o resultado obtido foi de 6.356 publicações, e apenas sem "*local government*" o resultado foi de 501 documentos obtidos.

Na base *EBSCO Host* foram realizadas buscas utilizando as seguintes bases de dados: *Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text, Academic Search Premier, Business Source Complete, CINAHL with Full Text, Computers & Applied Sciences Complete, eBook Collection (EBSCOhost), Fonte Acadêmica, Public Administration Abstracts, Regional Business News, World Politics Review*. Os descritores de busca que mais obtiveram resultados foram < (*quality of public*) AND (*spending OR expenditure*) AND *framework* > com expansores "aplicar assuntos equivalentes" e modos de busca "booleano/frase", resultando em 149 publicações iniciais, antes das filtrações.

Na base da *SciELO* mesmo com diversas tentativas exploratórias de encontrar um número mais abrangente de publicações, a *query* de busca < (*quality of public*) AND (*spending OR expenditure*) > foi a que mais obteve resultados, 101, antes de qualquer tipo de filtro de seleção. Aqui foi retirado o termo *framework* pois caso adicionado, a busca não retornaria nenhum resultado. Na plataforma *Emerald Insight*, os descritores de busca foram ((*"quality of public"*) AND (*spending OR expenditure*)) AND (*framework*) AND (*"local government"*) resultando num total de 543 publicações antes de qualquer filtragem.

Na plataforma *SPELL* os termos utilizados foram em português e a pesquisa que mais obteve resultados foi utilizando apenas os termos (*qualidade do gasto público*), totalizando 38 publicações, antes das filtrações. Ao adicionar qualquer um dos outros termos da mesma forma como nas outras plataformas de busca, em português ou inglês, a pesquisa não retornou nenhum resultado.

## 2.4 Aplicação dos critérios de elegibilidade e análise de qualidade e aderência da RSL

No quadro da aplicação dos critérios de elegibilidade e análise de qualidade e aderência da RSL, a Tabela 2 sintetiza o número de publicações antes e após a aplicação dos filtros, considerando os critérios de elegibilidade em cada uma das bases de dados pesquisadas. Cabe destacar que todas as bases foram acessadas via sistema CAFe – Comunidade Acadêmica Federada,

dos arquivos de periódicos da CAPES –, o que garante uma maior abrangência dos resultados e acesso às publicações indexadas em periódicos que poderiam não estar disponíveis, caso o acesso fosse realizado diretamente na base de dados.

**Tabela 2** - Número de publicações sem e após aplicação de filtro nas bases de dados da revisão sistemática

Bases	Primeiro resultado - sem filtro	Após filtro: Tipos de documento - artigos de revistas acadêmicas revisadas por pares; relatórios de órgãos governamentais, dissertações e teses	Após filtro: data da publicação: entre 2013 e 2023	Após filtro texto completo disponível ou acesso livre"	Quantidade de publicações após filtragens diretas nas bases de dados
Wos	286	244	178	91	91
Scopus	41	31	23	13	13
Ebsco	149	131	90	39	39
Emerald	543	385	270	35	35
Scielo	101	97	63	63	63
Spell	38	37	31	31	31
Total	1.158	925	655	272	272

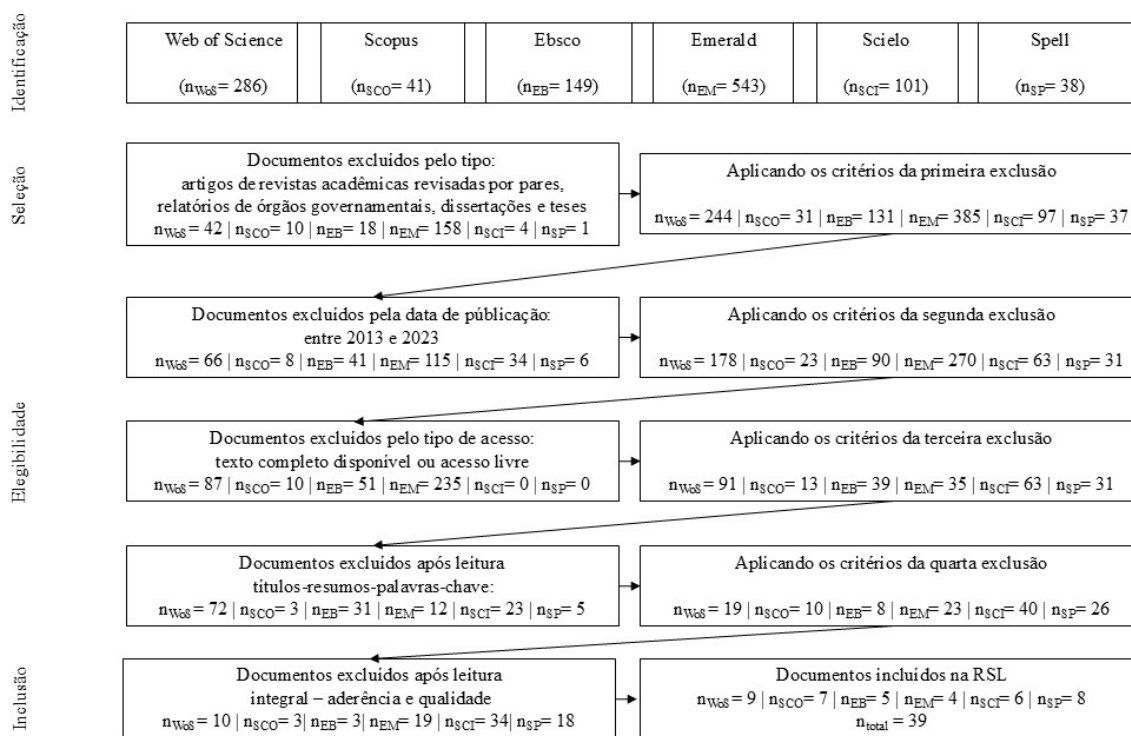
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Considerando as seis plataformas utilizadas para buscas de publicações na RSL, apenas *Scopus* e *Spell* resultaram em menos de 100 artigos na primeira rodada de buscas. O total de 1.158 publicações, obtido na busca inicial, foi filtrado levando em conta os critérios de elegibilidade estabelecidos, restando 272 publicações após filtragens diretas nas bases de dados. Tais publicações foram inseridas no software *Mendeley* para leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, de forma que pudessem ser selecionados aqueles que seguiram para a próxima etapa. Nesta leitura foram selecionados como sendo aderentes os trabalhos que fizeram algum tipo de menção ao termo QGP, ou *frameworks* e/ou variáveis relacionadas ao gasto público, além da verificação da área temática da publicação, etapa em que o número de trabalhos foi reduzido de 272 para 126.

## 2.5 Síntese e escrita da revisão

A próxima e penúltima etapa foi a leitura das 126 publicações. Os critérios de seleção aqui utilizados são semelhantes àqueles da etapa anterior, todavia, analisados por meio de uma leitura na íntegra dos trabalhos. Neste sentido, foram selecionadas as publicações em que houve empenho teórico na desenvolvimento do termo QGP, ou de *frameworks* compostos por variáveis relacionadas ao gasto público, bem como de trabalhos que pretenderam aplicar de forma empírica tais elementos. Por conseguinte, das 126 publicações, 39 foram incluídas para cumprir a última etapa da RSL, qual seja a síntese e escrita da revisão. Na Figura 1 é sintetizado o fluxo metodológico da RSL.

**Figura 1 - Fluxo Metodológico da RSL**



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

### 3 ENFOQUES TEÓRICO-EMPÍRICOS E METODOLÓGICOS

Na apresentação dos enfoques teórico-empíricos e metodológicos identificados nas publicações sobre o termo QGP, que se refere ao segundo objetivo específico, exibe-se inicialmente um resumo na Tabela 3 dos principais enfoques e suas respectivas publicações.

**Tabela 3 - Enfoque das pesquisas sobre o termo QGP e as publicações identificadas**

Enfoques	Publicações
Sistema de informações de custos	Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), Borges, Mario e Carneiro (2013), Lorenzato, Behr e Goularte (2016)
Gestão orçamentária municipal	Bezerra <i>et al.</i> (2018), Lanis e Bueno (2020), Cruz, Michener e Andretti (2021)
Índice de qualidade do gasto público	Brunet <i>et al.</i> (2007), Borges (2010; 2012), Martins e Barbosa (2015), Soares, Raupp e Tezza (2021), Mesquita e Wander (2021)
Gasto público e qualidade de governo	Kaufman <i>et al.</i> (2011), Charron <i>et al.</i> (2010), Rodríguez-Pose e Garcilazo, (2015), Abdellatif, Atlam e Emara (2019), Kyriacou e Roca-Sagalés (2019), Aryaini <i>et al.</i> (2023)
Orçamento e disciplina fiscal	Banco Mundial (2017), Kasperskaya e Xifré (2020), Duho, Amankwa e Musah-Surugu (2020)
Descentralização fiscal e financeira dos governos locais	Sousa e Monte (2021), Kim, Lee e Kim (2022), Pavlova (2023)



Enfoques	Publicações
Qualidade dos relatórios financeiros	Rautiainen e Luoma-aho (2021), Thoa e Nhi (2022)
Acesso ao crédito	Café (2023)
Frameworks de gasto público	Banco Mundial (2013), Robinson (2014), OECD (2019), Afonso e Ribeiro (2020), Almeida e Bijos (2020), Fortis e Gasparini (2020), Tollini (2020), Bijos (2022), National Treasury AS (2021), Doherty e Sayegh (2022), Müller, Navarra e Jancová (2022), NAO (2018)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os enfoques são discutidos na sequência em subseções, de forma que as análises pudessem aproveitar as relações entre as publicações identificadas na RSL. As publicações são apresentadas no sentido de esboçar, pelo menos de forma sintética, como a temática está sendo tratada no meio acadêmico.

### 3.1 Sistema de informações de custos

Dentre as pesquisas nacionais recentes acerca da temática, é possível destacar a convergência sobre a importância da implementação de um Sistema de Informações de Custos – SIC no setor público para a promoção da QGP nos trabalhos de Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), Borges, Mario e Carneiro (2013) e Lorenzato, Behr e Goularte (2016). Para os autores supracitados, é inviável avaliar a qualidade da prestação de serviços públicos sem saber exatamente quanto custa cada serviço ou bem produzido pelo setor público.

Uma convergência dos elementos é que as informações geradas pela contabilidade pública adotam o sistema de fluxo de caixa, o que não fornece detalhamento necessário para aferir os custos de produção e provisão, portanto, a avaliação e mensuração da QGP fica restrita e necessita da adoção de um modelo de contabilidade de competência (*accrual accounting*), do setor privado (Rezende, Cunha & Bevilacqua, 2010; Borges, Mario & Carneiro, 2013; Lorenzato, Behr & Goularte, 2016). Segundo os autores, a adoção de um SIC requer uma série de adaptações e reformulações dos procedimentos adotados atualmente pela administração pública brasileira, mostrando-se eficiente de acordo com a literatura nacional e internacional para melhorar a avaliação e a qualidade do gasto público no curto e longo prazo.

### 3.2 Gestão orçamentária municipal

Bezerra *et al.* (2018) investigaram a relação entre receitas e despesas públicas nos municípios brasileiros baseadas no índice FIRJAN de educação, com uma regressão com dados em painel entre 2008 e 2011. Alguns dos resultados que merecem destaque são a correlação negativa entre densidade de alunos na sala de aula e qualidade de educação, a não significância da origem dos recursos utilizados em educação e que a utilização de informações da execução orçamentária municipal, obtidas através dos portais de transparência, mostram-se como um importante instrumento de avaliação da gestão política e da QGP e dos serviços públicos (Bezerra *et al.*, 2018).

Nessa linha de análise da gestão orçamentária dos municípios, Lanis e Bueno (2020) analisaram fatores que influenciam a eficiência da execução das peças orçamentárias, propondo três dimensões fundamentais: fatores políticos, fatores econômicos, e fatores sociais. Como consequência dos resultados da pesquisa, os fatores sociais, como o índice de desenvolvimento humano municipal e população, e os fatores econômicos inflação (negativamente) e índice Firjan de gestão fiscal, influenciam significativamente no nível de eficiência da gestão do orçamento público (Lanis & Bueno, 2020).

### 3.3 Índice de qualidade do gasto público

A utilização do Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP (Brunet *et al.*, 2007), como indicador específico, por meio da divisão entre o índice de bem-estar social, composto por indicadores socioeconômicos de resultado, e o índice de insumo, valor parametrizado das despesas efetuadas na função selecionada, é uma alternativa empregada por Borges (2010, 2012), Martins e Barbosa (2015), Soares, Raupp e Tezza (2021), e Mesquita e Wander (2021). Tal metodologia busca ser mais simples que a utilização das formas indiretas de mensuração, a exemplo da *Stochastic Frontier Analysis* (SFA), *Stochastic Nonsmooth Envelopment* (StoNED), os métodos derivados de Mínimos Quadrados Ordinários como o *Corrected Ordinary Least Squares* (COLS) e *Modified Ordinary Least Squares* (MOLS) e os mais utilizados atualmente da *Data Envelopment Analysis* (DEA) (Mesquita & Wander, 2021). Por tratar-se de uma análise que busca atribuir qualidade por meio de indicadores, os quais assumem um grau de subjetividade, esta deve ser considerada com precaução e limitações adequadas (Brunet *et al.*, 2007; Mesquita & Wander, 2021).

### 3.4 Gasto público e qualidade de governo

Ainda que os conceitos de qualidade de governo ou da administração pública sejam elusivos, difíceis de serem definidos e operacionalizados (Rodríguez-Pose & Garcilazo, 2015), o número de estudos sobre a temática, especialmente em nível nacional, vem aumentando de forma significativa (Kaufman *et al.*, 2011). Nesta linha, no nível nacional de governo, Charron *et al.* (2015) trazem uma operacionalização do conceito de qualidade do instituto do governo em quatro componentes: regra da lei; corrupção; qualidade da burocracia ou efetividade burocrática, e; democracia e força das instituições eleitorais.

Com relação às instituições administrativas e orçamentárias, Abdellatif, Atlam e Emara (2019) definem três níveis nos quais a *performance* financeira da administração pública precisa estar alinhada, sendo: o primeiro, sobre controle e disciplina, mantendo estruturadas as funções básicas através do controle das transações; o segundo, sobre eficiência e efetividade, maximizando os resultados e melhorando os impactos; e o terceiro, sobre manter confiança e legitimidade do sistema, realizando o orçamento para a criação de valores públicos através do aprimoramento dos valores da gestão da transparência e *accountability*. Administração pública e administração das finanças públicas são pilares que precisam ser consistentemente balizados para que alterações de objetivos de controle façam com que os processos de acompanhamento das instituições públicas sejam efetivos (Abdellatif, Atlam & Emara, 2019).

Kyriacou e Roca-Sagalés (2019) abordam a qualidade dos serviços públicos em 30 países da Europa investigando indicadores agregados que refletem a atuação dos governos locais após a implementação das estratégias de descentralização. Entre os achados mais relevantes estão as evidências de que a descentralização fiscal local nas áreas de educação e proteção social tem um impacto positivo na percepção da qualidade dos serviços públicos (Kyriacou & Roca-Sagalés, 2019). Os autores argumentam que quando se trata de descentralização, tanto o nível de descentralização quanto o tipo de despesa descentralizada são cruciais nas análises (Kyriacou & Roca-Sagalés, 2019).

Aryaini *et al.* (2023) analisaram a qualidade do serviço público e seus determinantes no governo local da Indonésia. O trabalho procurou encontrar determinantes para a qualidade do serviço público por meio de quatro dimensões: políticos locais, características dos chefes locais, características financeiras, e controle. Dentre as inferências, é possível destacar que a presença de mulheres no legislativo e a despesa operacional do governo local influenciam positivamente na qualidade do serviço público, enquanto o grau de educação do chefe de governo, a coalizão política legislativa e a presença ou não de uma mulher como chefe do executivo não apresentaram efeitos significativos no estudo (Aryaini *et al.*, 2023).

### 3.5 Orçamento e disciplina fiscal

Kasperskaya e Xifré (2020) trazem uma relação da capacidade analítica orçamentária considerando a capacidade política da gestão pública e os determinantes da disciplina fiscal. Os autores propuseram as seguintes dimensões para a estruturação orçamentária: confiabilidade das projeções, abertura para o escrutínio, e transparência.

No caso particular do Brasil, de acordo com as projeções e simulações do Banco Mundial (2017), é evidente que na ausência de reformas a trajetória fiscal será insustentável, levando a uma crise macroeconômica, sendo também vulnerável a passivos contingentes relacionados a dificuldades fiscais dos entes subnacionais. Alguns dos motivadores do crescimento das despesas correntes e ineficiência dos gastos são: a maior rigidez orçamentária imposta pelas despesas mínimas obrigatórias; a fragmentação entre programas, níveis de governo, fontes orçamentárias e não orçamentárias resultando em perdas de eficiência causadas por sobreposições e falta de coordenação; e a forma como as políticas fiscais do governo federal interagem com os níveis subnacionais, gerando alto risco de insolvência dos governos subnacionais (Banco Mundial, 2017).

Duho, Amankwa e Musah-Surugu (2020) analisaram os determinantes e a convergência da efetividade do governo na África e Ásia, entre os anos de 2002 e 2018. Os autores buscaram mensurar a variável dependente, efetividade do governo, utilizando as variáveis independentes: índice de percepção de corrupção, índice de liberdade de imprensa, índice de restrição política, tamanho do governo, voz e *accountability*, qualidade regulatória, e PIB *per capita*. Destacam-se que, no geral, a Ásia apresentou melhor *performance* que a África, com exceção de liberdade de imprensa e voz e *accountability*, devido à possível emulação de políticas e harmonização de atores e interesses externos. O índice de percepção de corrupção, o índice de liberdade de imprensa, e o crescimento do PIB *per capita* estão significativa e positivamente relacionados com a efetividade do governo (Duho, Amankwa & Musah-Surugu, 2020).

### 3.6 Descentralização fiscal e financeira dos governos locais

Em relação à confiança no governo, Kim, Lee e Kim (2022), utilizando análise de regressão multinível e dados em painel, encontraram evidências de que a governança financeira quando descentralizada aumenta significativamente a confiabilidade no governo, não só no nível nacional, mas também no nível local de governo. A metodologia combina dados subjetivos, coletados por questionários, com dados objetivos, obtidos por indicadores (Kim, Lee & Kim, 2022). A conclusão do trabalho indica que a percepção dos cidadãos sobre as condições econômicas exerce um papel determinante na confiança tanto em nível de governo nacional, quanto local (Kim; Lee; Kim, 2022).

Pavlova (2016) investiga os efeitos financeiros e aspectos regionais na descentralização fiscal das municipalidades da Bulgária, entre 2013 e 2015, considerando três dimensões: independência financeira, atividade de investimento, e eficiência. Infere que ainda há uma forte dependência de transferências do governo nacional, demonstrando uma incapacidade de parte considerável das municipalidades em gerar receitas próprias para cobrirem seus principais custos, especialmente os administrativos, e que os indicadores analisados permanecem relativamente baixos quando comparados com as médias para a União Europeia (Pavlova, 2017).

### 3.7 Qualidade dos relatórios financeiros

Em relação à qualidade dos relatórios financeiros, Rautiainen e Luoma-aho (2021) argumentam sobre a necessidade de categorizar bens tangíveis e intangíveis na publicização e transparência de demonstrações do setor público, que é atualmente mais comum na iniciativa privada, mas pouco explorada quando se trata das organizações da administração pública devido à dificuldade de mensuração. Considerando uma relação entre reputação, qualidade dos relatórios financeiros e performance, os autores encontraram estatísticas relevantes nos seguintes fatores de reputação: confiança, autoridade, eficiência, estima, serviço bem conhecido e serviço fácil de alcançar; e dois fatores em qualidade dos relatórios, sendo, o primeiro, *informação disponível sobre a efetividade dos relatórios online*; e o segundo fator, *acessibilidade da informação online*, no qual era avaliado o tempo despendido para encontrar a dificuldade de encontrar as informações pretendidas numa escala de 1 a 3, sendo 1 a mais difícil (mais de um minuto), e 3 a mais fácil (menos de trinta segundos) (Rautiainen & Luoma-aho, 2021).

Ainda sobre qualidade de relatórios financeiros e contábeis, Thoa e Nhi (2022) debruçaram-se sobre fatores que influenciam a qualidade das informações dos relatórios das organizações públicas e do governo no Vietnã e encontraram uma relação significativa com a autonomia financeira das instituições analisadas. A autonomia financeira do órgão público, por sua vez, tem suas próprias influências com fatores analisados, especialmente com o próprio sistema contábil.

O uso do próprio sistema contábil e a consideração das variáveis *suporte da liderança, conhecimento do chefe contábil, disponibilidade e função dos dispositivos de hardware, disponibilidade e função dos softwares, e disponibilidade e função das redes de comunicação*, como formadores do construto *Qualidade da Informação Financeira e Contábil* (Thoa; Nhi, 2022) pode ser considerada uma contribuição teórica e empírica do estudo.

### 3.8 Acesso ao crédito

Café (2023) traz uma investigação sobre o acesso ao crédito para o gasto público e seu impacto no contexto dos municípios brasileiros entre 2018 e 2021. Ao analisar os critérios de elegibilidade para obtenção de crédito do Governo Federal, via classificação da Capacidade de Pagamento (CAPAG), o qual utiliza os indicadores *Endividamento* (Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida), *Poupança Corrente* (Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada) e *Liquidez* (Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa), a autora demonstra boa aplicação dos investimentos por meio das operações de créditos (Café, 2023).

Café (2023) demonstra empiricamente que a nova metodologia do CAPAG, apesar de ter sido aprimorada e apresentar resultados significativos nos resultados dos investimentos realizados pelos municípios com os recursos obtidos via operações de crédito, tem um ponto de descontinuidade no quesito *Poupança Corrente*, na região dos 95% do indicador, o que faz com que a indicação do município em B ou C, seja praticamente aleatória, o que altera o resultado composto final do indicador. A evidência de que o *framework* institucional de empréstimos dos governos subnacionais no Brasil é capaz de gerar impactos positivos (Café, 2023), pode ser considerada uma conclusão do trabalho.

### 3.9 Frameworks de gasto público

Quando nos aproximamos especificamente da temática de *frameworks*, Bijos (2022) analisa os caminhos da experiência internacional a partir de dois instrumentos amplamente utilizados pelos países membros da OCDE: *spending reviews* (revisão de gastos – RG) e *medium-term expenditure framework* (quadro de despesas de médio prazo – QDMP). As práticas, também endossadas por outros organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, justificam-se pelo potencial de auxiliar na resolução problemas orçamentários nacionais, “em especial no que toca à capacidade de priorização do gasto público sob contexto fiscal restritivo e à ampliação do horizonte temporal de gestão orçamentária” (Bijos, 2022, p.160).

A revisão de gastos tem o objetivo de demandar uma avaliação de políticas públicas, sendo a principal fonte de informação qualificada sobre o desempenho dos gastos sujeitos a revisão (Bijos, 2022). Segundo a OCDE (2019), os dois principais desafios para implementação da revisão de gastos são a disponibilidade e qualidade de informações de desempenho. As decisões sobre as características básicas da RG são feitas pelo governo central durante o planejamento e desenho do instrumento, seguido pela especificação dos parâmetros objetivos, como metas quantitativas de economia a serem alcançadas, pela identificação das possíveis medidas a serem adotadas, e na decisão final, dentre o “leque de opções” plausíveis, medidas que serão efetivamente implementadas (Robinson, 2014).

Outro exemplo de *framework* baseado nas revisões de gastos de ambientes restritos fiscalmente encontra-se no documento do Tesouro Nacional da África do Sul, no qual há uma ênfase no chamado *Zero-Based Budgeting* (National Treasury SA, 2021). O *framework* do *Zero-Based Budgeting* serve para auxiliar o governo a melhorar a priorização dos gastos, especialmente no sentido de priorização de políticas que funcionam e programas que melhoram o crescimento e desenvolvimento do país (National Treasury SA, 2021). A descrição das etapas e definição das responsabilidades provê um instrumento de monitoramento e avaliação capaz de abranger deta-

Ihadamente a lógica dos programas e políticas custeados pelos gastos realizados, integrando os dados de gasto do governo central com todos os responsáveis pela sua análise e desempenho (National Treasury SA, 2021).

Doherty e Sayegh (2022) descrevem como desenhar e institucionalizar as revisões de gastos dos governos e sua análise, a qual se divide em três abordagens principais: *adequação* – da atividade do gasto para determinar o alinhamento com as prioridades de políticas do governo; *efetividade* – das diferentes intervenções para verificar como os programas e as políticas contribuem para seus objetivos respectivos, e; *eficiência* ou *custo-efetividade* – das atividades para determinar se resultados similares podem ser atingidos utilizando menos recursos através de aplicações de diferentes processos produtivos.

O outro instrumento, QDMP, é definido como “abordagem estruturada para integrar a política fiscal e o orçamento em um horizonte plurianual” (OECD, 2019, p. 53), incutindo “maior realismo fiscal ao processo orçamentário, o que também tende a beneficiar a qualidade do gasto público” (Bijos, 2022, p. 175). O QDMP, com sua instância de plurianualidade, busca o denominado “espaço fiscal”, o que pode ser um fator para a melhoria da QGP, sob a ótica de realocação de despesas, e para o desenvolvimento de planejamento estratégico do Estado no médio e longo prazos, promovendo análises e ajustes críticos de priorização de gastos (Banco Mundial, 2013; Bijos, 2022).

No Brasil, conforme assinalado por Tollini (2020, p. 13-14), “dispondo-se apenas de um cenário fiscal precário, não há uma discussão do impacto no médio prazo das políticas públicas existentes, nem de como elas consomem espaço fiscal disponível para os anos subsequentes”. Ainda segundo o autor, a estrutura plurianual da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO poderia ser de fato materializada nos moldes do QDMP. Cabe ressaltar que o desempenho do gasto público é dimensão integrante do QDMP, sendo considerada uma proposição positiva a adoção conjunta do QDMP e da RG pelo Brasil, afinal ambas as práticas têm em comum a ênfase na gestão do espaço fiscal e na alocação de prioridades, críticas para a realidade nacional (Afonso & Ribeiro, 2020; Almeida & Bijos, 2020; Fortis & Gasparini, 2020; Tollini, 2020)

Outro *framework* relacionado ao gasto público pode ser encontrado no trabalho de Müller, Navarra e Jancová (2022), no qual foi adotado a metodologia da *taxa de desperdício orçamentário* para identificar e medir ineficiências nas políticas de esquemas de trabalho de curto prazo, anti-pobreza e medidas de redução de desigualdade, bem como nas regulações de salário mínimo. No geral, o estudo confirma que existe um valor considerável adicionado pela ação da União Europeia nas áreas de políticas sociais, em áreas com implicações de orçamento propriamente dito ou não.

No relatório do Controlador e Auditor Geral do Escritório de Auditoria Geral do Reino Unido (NAO, 2019), também é possível encontrar um *framework* que analisa os gastos e planejamento do governo, provendo uma análise focada em planejamento realista e prioridades definidas, clareza nos financiamentos de longo-prazo, entendimento dos resultados e ferramentas para monitoramento da *performance* anual dos gastos. Numa análise extensa dos gastos do governo central do Reino Unido, algumas das conclusões do relatório são: ausência de um *framework* estratégico integrado para alcançar os objetivos do governo e balancear as ações e prioridades de curto-prazo com o valor para o dinheiro no longo-prazo; necessidade de criar um *framework* integrado capaz de mensurar o valor público para adotar uma abordagem consistente e coerente prevendo a entrega de projetos e programas de forma satisfatória com *checks and balances* para garantir a correção dos possíveis desalinhamentos; foco em planejamento realista, nos desafios e na priorização do longo-prazo alinhados com o gasto controlado de curto prazo e a

gestão de *performance* são as principais recomendações do relatório que antevêm a necessidade do trabalho integrado das equipes de trabalho responsáveis pelas decisões do gasto para conseguir superar os desafios e entregar os resultados esperados pela população de maneira adequada (NAO, 2019).

## 4 PRINCIPAIS ELEMENTOS

Na seção anterior foi apresentada uma síntese das publicações identificadas na RSL, agrupadas em cada um enfoque sobre QGP. Dando sequência, aqui discorre-se, conforme Tabela 4, acerca dos principais elementos de cada enfoque, de modo a atender ao terceiro objetivo específico.

**Tabela 4 - Enfoques sobre QGP e os principais elementos**

Enfoques	Principais Elementos
Sistema de informações de custos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância da implementação do SIC para promoção de qualidade do gasto (Rezende, Cunha &amp; Bevilacqua, 2010; Borges, Mario &amp; Carneiro, 2013; Lorenzato, Behr &amp; Goularte, 2016);</li> <li>- Inviabilidade de avaliação da qualidade da prestação de serviços públicos quando não se sabe quanto custa cada serviço ou bem produzido (Rezende, Cunha &amp; Bevilacqua, 2010; Borges, Mario &amp; Carneiro, 2013; Lorenzato, Behr &amp; Goularte, 2016);</li> <li>- Necessidade de adoção de um modelo de contabilidade de competência pela Contabilidade Pública (Rezende, Cunha &amp; Bevilacqua, 2010; Borges, Mario &amp; Carneiro, 2013; Lorenzato, Behr &amp; Goularte, 2016).</li> </ul>
Gestão orçamentária municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A utilização de informações da execução orçamentária municipal mostram-se como um instrumento de avaliação da gestão política e da qualidade dos gastos e dos serviços públicos (Bezerra <i>et al.</i>, 2018);</li> <li>- Orçamentos transparentes, interna e externamente, reduzem a corrupção na transferência de recursos, e aumentam a eficiência dos gastos e das políticas públicas (Cruz, Michener &amp; Andretti, 2021).</li> </ul>
Índice de qualidade do gasto público	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É mais simples que a utilização das formas indiretas de mensuração (Mesquita &amp; Wander, 2021);</li> <li>- A atribuição de qualidade por meio de indicadores, os quais assumem um grau de subjetividade, requer precaução e considerações sobre as limitações (Brunet <i>et al.</i>, 2007; Mesquita &amp; Wander, 2021).</li> </ul>
Gasto público e qualidade de governo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando determinada região recebe investimentos, o fator determinante do desenvolvimento da região é a qualidade do governo local (Rodríguez-Pose &amp; Garcilazo, 2015);</li> <li>- A descentralização fiscal local em determinadas áreas tem um impacto positivo na percepção da qualidade dos serviços públicos (Kyriacou &amp; Roca-Sagalés (2019).</li> </ul>
Orçamento e disciplina fiscal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ajuste fiscal deve ser amplo e atingir diversas áreas que trariam significativo impacto na eficiência, na equidade e numa potencial economia fiscal (Banco Mundial, 2017);</li> <li>- A consolidação fiscal é uma oportunidade para realizar importantes reformas estruturais, fiscais e setoriais, que podem garantir o crescimento econômico do Brasil, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos (Banco Mundial, 2017).</li> </ul>
Descentralização fiscal e financeira dos governos locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A descentralização fiscal afeta os gastos públicos dos governos locais (Sousa &amp; Monte, 2021);</li> <li>- A governança financeira quando descentralizada aumenta significativamente a confiabilidade no governo (Kim, Lee &amp; Kim, 2022).</li> </ul>

Enfoques	Principais Elementos
Qualidade dos relatórios financeiros	- Há uma relação entre performance financeira, qualidade dos relatórios de prestação de contas e reputação das organizações no setor público (Rautiainen & Luoma-aho, 2021);
Acesso ao crédito	- O framework institucional de empréstimos dos governos subnacionais no Brasil é capaz de gerar impactos positivos (Café, 2023).
Frameworks de gasto público	- Dois instrumentos amplamente utilizados, revisão de gastos e quadro de despesas de médio prazo, justificam-se pelo potencial de auxiliar na resolução de problemas orçamentários nacionais (Bijos, 2022).

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação ao *Sistema de informação de custos*, uma contribuição é a de que os governos locais têm precedido o governo central quando se trata da contabilidade de competência. Dada a importância dos estados e municípios no caso brasileiro, o recomendado é que a iniciativa partisse do governo federal, de forma coordenada e planejada, para evitar que metodologias distintas comprometam a cooperação intergovernamental, bem como a atuação de todos os entes com as novas normas implementadas (Rezende, Cunha & Bevilacqua, 2010). O SIC é um instrumento de transparência que aponta atrasos na estrutura prática dos órgãos públicos, organiza os processos administrativos dos servidores públicos, identifica quem consome e quanto custa cada recurso, possibilitando assim uma gestão efetiva, com QGP e menor desperdício (Lorenzato, Behr & Goularte, 2016).

Para a *gestão orçamentária municipal*, Cruz, Michener e Andretti (2021) trazem uma discussão acerca da transparência interna, entre e dentro dos próprios órgãos e instituições da administração pública dos governos locais. Apoiam-se na premissa de que orçamentos transparentes, interna e externamente, reduzem a corrupção, e aumentam a eficiência dos gastos e das políticas públicas. Os autores tratam, também, dos custos políticos e monetários, de curto e longo prazo, de divulgarem ou não as informações orçamentárias, especialmente quando esses custos de não divulgar não sejam altos o suficientes para incentivar a transparência (Cruz, Michener & Andretti, 2021). Ainda neste contexto, o uso de indicadores para atribuir qualidade é considerado mais simples e promissor, conforme o enfoque no *Índice de qualidade do gasto*.

Ao aprofundar o enfoque em *Gasto público e qualidade de governo*, Charron *et al.* (2015) demonstram uma forte associação da qualidade do governo com níveis de desenvolvimento socioeconômico e confiança social das regiões da União Europeia. Entretanto, não mostram relação com outros fatores como população e tamanho geográfico. Valendo-se dessa metodologia, Rodríguez-Pose e Garcilazo (2015) argumentam que em termos de crescimento econômico, quando uma região recebe um investimento financeiro, o fator vital determinante do desenvolvimento da região é a qualidade do governo local.

No *orçamento e disciplina fiscal*, o "ajuste fiscal" é um elemento destacado pelo Banco Mundial (2017), cujo impacto na eficiência, na equidade e numa potencial economia fiscal poderia decorrer da sua amplitude e do atingimento em diversas áreas. De acordo com o Banco Mundial (2017), a necessidade de consolidação fiscal é uma oportunidade para realizar reformas estruturais, fiscais e setoriais, que podem garantir o crescimento econômico do país no futuro, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos e impulsionar a redução da pobreza, além de evitar vieses estruturais de longo prazo que tem prejudicado o desenvolvimento econômico do país.



A *descentralização fiscal e financeira dos governos locais* é uma temática presente nos trabalhos de Sousa e Monte (2021), Kim, Lee e Kim (2022) e Pavlova (2016). Para Sousa e Monte (2021), que investigaram a composição do gasto público e descentralização fiscal em 5.565 municípios brasileiros entre 2000 e 2016, a descentralização fiscal afeta os gastos públicos dos governos locais, mas o tipo de efeito depende da escala do gasto local. As mensurações de descentralização fiscal são correlacionadas com a composição do gasto público, e a descentralização fiscal afeta mais o gasto com investimentos do que os gastos de pessoal e gastos correntes. Destacam ainda que é necessário analisar detalhadamente as despesas públicas e levar em consideração a heterogeneidade dos governos locais para uma análise mais precisa e robusta (Sousa & Monte, 2021).

Quanto à *qualidade dos relatórios financeiros*, Rautiainen e Luoma-aho (2021) estabeleceram a relação entre a performance financeira, a qualidade dos relatórios de prestação de contas e a reputação das organizações no setor público. Constataram que os *stakeholders* anseiam que adicionais auditorias financeiras e divulgações voluntárias sejam prestadas pelo setor público para o acompanhamento da *performance*. Da mesma forma, em termos de *acesso ao crédito*, o *framework* institucional de empréstimos dos governos subnacionais no Brasil pode gerar impactos positivos (Café, 2023). Ainda na linha de *frameworks*, dois destacam-se pelo potencial de contribuir com a resolução de problemas orçamentários: revisão de gastos e quadro de despesas de médio prazo (Bijos, 2022).

Embora a temática tenha relações multidisciplinares, quando se trata especificamente de QGP, ainda não há consenso na literatura acerca do termo, e muitas pesquisas foram realizadas com variáveis latentes e construtos relativamente similares. Tal multidisciplinaridade ajuda a compreender a complexidade da temática e seu maior interesse na perspectiva de eficiência dos gastos públicos dos municípios.

## 5 CONCLUSÕES

O objetivo do artigo consistiu em apresentar uma Revisão Sistemática da Literatura sobre o termo qualidade do gasto público QGP (2013-2023). Em termos específicos, buscou-se: a) mapear a literatura relativa ao termo qualidade do gasto público; b) identificar enfoques teórico-empíricos e metodológicos; e c) analisar o conteúdo encontrado de modo a destacar os principais elementos em cada um dos enfoques. Como principais enfoques foram identificados: sistema de informações de custos; gestão orçamentária municipal; índice de qualidade do gasto público; gasto público e qualidade de governo; orçamento e disciplina fiscal; descentralização fiscal e financeira dos governos locais; qualidade dos relatórios financeiros; acesso ao crédito; *frameworks* de gasto público

Ficou evidente a multidisciplinaridade, a dificuldade de integrar os diferentes aspectos e fatores inter-relacionados e analisar de uma maneira única o termo QGP, considerando as diversas abordagens e perspectivas utilizadas pela literatura supracitada. Uma convergência geral das publicações, que convém mencionar, é a existência de uma preocupação recorrente com o aumento constante de gastos dos entes governamentais para atender as demandas, seja dos governos centrais ou dos subnacionais, sem uma contrapartida adequada no aumento das receitas, ou na análise da qualidade do gasto e da entrega de serviços públicos e resultados

coerentes com a execução dos gastos tanto no curto, quanto médio e longo prazos. Como há, de maneira geral, pouco espaço plausível e aceitável para o aumento das receitas para custear o próprio aumento das despesas, a preocupação com a sustentabilidade fiscal dos governos é um argumento bastante presente nas pesquisas abordadas na RSL, especialmente em termos de médio e longo prazo.

Outra conclusão, em especial no relacionado aos *frameworks* encontrados, é que os contextos utilizados são sempre de governos centrais ou nacionais, com pouca ou nenhuma atenção dada aos governos subnacionais ou locais. Considerando a complexidade de fatores contextuais e a importância dos governos subnacionais em arranjos administrativos descentralizados, faz sentido esperar que o objeto de estudo do presente artigo, possa, pelo menos em parte, auxiliar na discussão de uma perspectiva mais focada e próxima da realidade perceptível do cidadão, sem desconsiderar a potencial contribuição nos aspectos gerenciais de resolução e adequação das soluções para os problemas da administração pública, nem sua contribuição teórica de uma RSL sobre o termo QGP.

## REFERÊNCIAS

- Abdellatif, L. M., Atlam, B. M., & Emara, O. A. M. E. S. (2019). Public management institutions' alignment: the case of Egypt. *Review of Economics and Political Science*, 4(2), 90-104.
- Afonso, J. R. R., & Ribeiro, L. (2020). Revisão dos gastos públicos no Brasil. *Revista Conjuntura Econômica*, 74(9), 20-23.
- Alves, M. L. F. (2023). *Qualidade dos gastos públicos em saúde e educação: uma análise sistemática da literatura* (Dissertação de Mestrado). UFRN, Natal, RN.
- Almeida, D. P. B., & Bijos, P. R. S. (2020). Planejamento e orçamento no Brasil: propostas de inovação. In: Salto, F. S., & Pellegrini, J. A. (Org.), *Contas públicas no Brasil*. São Paulo: Saraiva.
- Aryani, Y. Anni et al. (2023). Determinants of local government public service quality: evidence from the developing economy. *Journal of Governance and Regulation*, 12(1). <https://doi.org/10.22495/jgrv12i1siart2>
- Aschauer, D. A. (1989). Is public expenditure productive? *Journal of monetary economics*, 23(2), 177-200.
- Banco Mundial (2013). *Beyond the annual budget: global experience with medium-term expenditure frameworks*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial. (2017). *Um ajuste justo: Análise da eficiência e qualidade do gasto público no Brasil – Brasil: Revisão das despesas públicas*. Washington: Banco Mundial.
- Barro, R. (1990). Government spending in a simple model of endogenous growth. *Journal of Political Economy*, 98, 103-125.
- Bezerra, D. S. S. et al. (2018). Análise da relação entre receitas e despesas públicas e o desenvolvimento educacional dos municípios brasileiros baseada no índice FIRJAN. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 89-106.
- Bijos, P. R. S. (2022). Spending review e medium-term expenditure framework – caminhos para maior estabilidade? In Couto, L. F., & Rodrigues, J. M. (Org.), *Governança Orçamentária no Brasil*. IPEA, 159-185.
- Borges, M. F. (2010). *Qualidade do Gasto Público Municipal: Uma abordagem microrregional para o estado do Rio Grande do Sul* (Dissertação de Mestrado). UFRGS, Porto Alegre, RS.
- Borges, R. N. (2012). *Qualidade do Gasto Público em Educação e Saúde: uma análise microrregional em Goiás* (Dissertação de Mestrado). Faculdades Alves Farias-ALFA, Goiânia, GO.
- Borges, T. B., Mario, P. do C., & Carneiro, R. (2013). A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: uma análise sob a ótica institucional. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 469-491.

- Brunet, J. F. G., Bertê, A. M. de A., & Borges, C. B. (2007). *Estudo comparativo das despesas públicas dos estados brasileiros: um índice de qualidade do gasto público*. Brasília: Esaf.
- Busatto, L. M., & Brunori, D. (2011). *The quality of public expenditure and its influence on economic growth: evidences from the State of Rio Grande do Sul (RS)*. Minerva Program, The George Washington University.
- Café, R. M. (2023). Acesso à crédito e qualidade do gasto: evidência dos municípios brasileiros. *Cadernos de Finanças Públicas*, 23(1), 1-35. <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2023.204>
- Cândido Júnior, J. O. (2001). Os gastos públicos no Brasil são produtivos? *Planejamento e políticas públicas*, 23.
- Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo: Prentice Hall.
- Charron, N., Dijkstra, L., & Lapuente, V. (2015). Mapping the regional divide in Europe: A measure for assessing quality of government in 206 European regions. *Social indicators research*, 122, 315-346.
- Cruz, T., Michener, G., & Andretti, B. (2021). Transparência interna: cumprimento e punição no processo orçamentário municipal brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 357-377.
- Devellis, R. F. (2016). *Scale development: Theory and Applications*. 4th Ed. Sage Publications Inc.
- Doherty, L., & Sayegh, A. (2022). *How to design and institutionalize spending reviews*. International Monetary Fund.
- Duho, K. C., Amankwa, M. O., & Musah-Surugu, J. I. (2020). Determinants and convergence of government effectiveness in Africa and Asia. *Public Administration and Policy*, 23(2), 199-215.
- Fortis, M. F., & Gasparini, C. E. (2020). Plurianualidade: marcos de gasto de médio prazo. In Gimene, M. (Org.). *Planejamento, orçamento e sustentabilidade fiscal*. Brasília: Assecor.
- Hair, J. et al. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Ingraham, P. W., Joyce, P. G., & Donahue, A. K. (2003). *Government performance: Why management matters*. Johns Hopkins University Press: Baltimore
- Kasperskaya, Y., & Xifré, R. (2020). The analytical capacity of budgetary administrations: the case of the Euro area. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(3), 379-398.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2011). The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues1. *Hague journal on the rule of law*, 3(2), 220-246.
- Kim, S., Lee, Y., & Kim, T. (2022). The relationship between fiscal decentralization and trust in government: evidence from the South Korean case. *International Review of Administrative Sciences*, 88(2), 373-389.
- Kyriacou, A. P., & Roca-Sagalés, O. (2019). Local decentralization and the quality of public services in Europe. *Social Indicators Research*, 145(2), 755-776.
- Lanis, G. P., & Bueno, N. P. (2020). Fatores que influenciam a eficiência da gestão orçamentária anual. *Gestão & Planejamento*, 21, 298-316.
- Lord, F. M., & Novick, M. R. (2008). *Statistical theories of mental test scores*. IAP.
- Lorenzato, N. T., Behr, A., & Goularte, J. L. L. (2016). Benefícios e problemas na implantação de um sistema de informação de custos do setor público no estado do Rio Grande do Sul. *ConTexto*, 16(32), 126-141.
- Martins, A. L., & Barbosa, V. L. (2015). *Qualidade do Gasto Público em Educação: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte baseada no Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP)*. Recuperado de [http://www.convibra.com/upload/paper/2017/38/2017\\_38\\_13710.pdf](http://www.convibra.com/upload/paper/2017/38/2017_38_13710.pdf)
- Mesquita, A. M., & Wander, A. E. (2021). Avaliação da qualidade dos gastos públicos em educação e saúde nos municípios Mato-Grossenses, Brasil. *Capital Científico*, 19(2), 58-74.
- Moher, D. et al. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), 264-269.
- Müller, K., Navarra, C., & Jancová, L. *Improving the quality of public spending in Europe*. European Parliament Research Service – EPRS.
- National Audit Office (2018). *Improving the government's planning and spending framework*. HM Treasury and Cabinet Office. Controller and Auditor General. Recuperado de [www.nao.org.uk](http://www.nao.org.uk)

National Treasury SA. (2021). *A framework form achieving spending efficiency in a fiscally constrained environment*. Recuperado de <https://www.treasury.gov.za/publications/guidelines/>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2019). *Budgeting and public expenditures in OECD countries 2019*. Paris: OECD.

Okoli, C. et al. (2019). Guia para realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. *EAD em Foco*, 9(1), 1-40.

Pavlova, M. (2016). *Fiscal Decentralisation in the Republic of Bulgaria–Financial Effects and Regional Aspects*. Available at SSRN 2968411.

Rautiainen, A., & Luoma-Aho, V. (2021). Reputation and financial reporting in Finnish public organizations. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 33(4), 487-511.

Reinecke, L. F. (2021). *Índice de transparência de Conselhos Municipais (ITCM): uma proposta construída a partir da literatura, legislação e especialistas* (Tese de Doutorado). UDESC, Florianópolis, SC.

Rezende, F., Cunha, A., & Bevilacqua, R. (2010). Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, 44(4), 959-992.

Robinson, M. (2014). Spending reviews. *OECD Journal on Budgeting*, 13(2), 81-122.

Rodríguez-Pose, A., & Garcilazo, E. (2015). Quality of government and the returns of investment: Examining the impact of cohesion expenditure in European regions. *Regional Studies*, 49(8), 1274-1290.

Sanger, M. B. (2008). From measurement to management: Breaking through the barriers to state and local performance. *Public Administration Review*, 68, S70-S85.

Schuknecht, L., Tanzi, V., & Afonso, A. (2006). Public sector efficiency: evidence for new EU member states and emerging markets. *Working Paper Series*, 581.

Soares, S. V., Picolli, I. R. A., & Casagrande, J. L. (2018). Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(2), 308-339.

Soares, J. R., & Raupp, F. M. (2019). Gastos públicos municipais brasileiros: uma revisão sistemática. *Caderno de Administração*, 27(2), 98-110.

Soares, J. R., Raupp, F. M., e Tezza, R. (2021). Qualidade dos gastos públicos nos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(3), 165-194.

Sousa, K. M. de, & Monte, P. A. do. (2022). Composição do gasto público e descentralização fiscal em governos locais brasileiros: uma análise por regressão quantílica incondicional com dados longitudinais. *Revista de Administração Pública*, 55(6), 1333-1354.

Thoa, D. T. K., & Nhi, V. V. (2022). Improving the quality of the financial accounting information through strengthening of the financial autonomy at public organizations. *Journal of Asian Business and Economic Studies*, 29(1), 66-82.

Tollini, H (2020). Deslocando o foco orçamentário do curto para o médio prazo. In Giambiagi, F., Ferreira, S. G., & Ambrózio, A. M. H. (Org.). *Reforma do Estado brasileiro: transformando a atuação do governo*. São Paulo: Atlas.

Wang, Q., & Waltman, L. (2016). Large-scale analysis of the accuracy of the journal classification systems of Web of Science and Scopus. *Journal of informetrics*, 10(2), 347-364.